SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 64268.000519/2025-04**

*PROCESSO LICITATÓRIO*
*ATO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N° 47/2025 – CMDO FRON RO/6° BIS*
*MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO*

1. Requisição nº 11 – SFPC/C Fron RO, de 07 de fevereiro de 2025

Guajará-Mirim, RO, de fevereiro de 2025.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMDO FRON RO/6° BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(BATALHÃO FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA)

CMDO FRON RO
FL. 02

## ÍNDICE

Processo autuado sob o nº 64268.000519/2025-04, que trata da Dispensa de licitação para Aquisição de Câmeras de Segurança e Alarmes de Segurança pelo Cmod Fron RO/6° BIS, constituído inicialmente com 43 folhas, devidamente numeradas e rubricadas:


| Ordem | DISCRIMINAÇÃO | PÁGINAS |
|---|---|---|
| a. | ÍNDICE | 01 |
| b. | TERMO DE ABERTURA | 02 |
| c. | PARTE REQUISITÓRIA COM O DESPACHO DO OD | 03 e 04 |
| d. | NOTA DE CRÉDITO | 05 |
| e. | DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA | 06 a 08 |
| f. | ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR | 09 e 11 |
| g. | MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCO | 12 e 13 |
| h. | TERMO DE REFERÊNCIA | 14 a 26 |
| i. | PUBLICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA - AUTORIZAÇÃO | 27 |
| j. | PUBLICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO - DESIGNAÇÃO | 28 |
| k. | NOMEAÇÃO DO OD | 29 a 31 |
| l. | DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE COM A LOA, PPA E LDO | 32 |
| m. | PUBLICAÇÃO DA CPL - NOMEAÇÃO | 33 |
| n. | PESQUISA DE PREÇOS | 34 a 36 |
| o. | MAPA COMPARATIVO | 37 |
| p. | NOTAS DE EMPENHO E CERTIDÕES | 38 a 43 |
| | | |


**OBJETO:** Aquisição de Câmeras de Segurança e Alarmes de Segurança, para atender as necessidades da Seção de Fiscalização de Produtos Controlados do Comando de Fronteira Rondônia/6° Batalhão de Infantaria de Selva.

Quartel em Guajará-Mirim, RO, de fevereiro de 2025.

[redacted]

Chefe da SALC do Cmdo Fron RO/6° BIS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMDO FRON RO/6° BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(BATALHÃO FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA)

CMDO FRON RO/6° BIS
FL 09

# TERMO DE ABERTURA

## DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 47/*2025 – CMDO FRON RO*6° BIS

### PROCESSO N° 64268.000519/2025-04

Em conformidade com disposto no Art. 53 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, autuo nesta data, o Processo Administrativo referente à Dispensa de licitação acima indicada, cujo objeto e recursos estão definidos no despacho do Ordenador de Despesas constante na Requisição nº 11 – Sfpc /C Fron RO, de 07 de fevereiro de 2025.

Quartel em Guajará-Mirim, RO, de fevereiro de 2025.

[redacted]

Presidente da CPL do Cmdo Fron RO/6° BIS

CMDO FRON RO/6º BIS
FL. 03

**MINISTÉRIO DA DEFESA**
**EXÉRCITO BRASILEIRO**
**CMDO FRON RO/6º BATALHÃ DE INFANTARIA DE SELVA**
**(BATALHÃO FORTE PRINCIPE DA BEIRA)**

DIEx nº 11-SFPC/C Fron RO/6º BI
**EB:** 64268.000519/2025-04

Guajará- Mirim, RO, 07 de fevereiro de 2025.

**Do**: Ch SFPC/Cmdo Fron RO/6° BIS
**Ao**: Sr Ordenador de Despesas do Cmdo Fron RO/6° BIS
**Assunto**: empenho para aquisição de material permanente
**Ref**:
**Anexos:** 01 (uma) Cópia da Nota de Crédito nº 2025NC400206
01 (uma) cópia do BAR nº 03, de 16 de janeiro de 2025

Nos termos do contido no Art. 13 das Instruções Gerais para realização de licitações no Ministério do Exército – Port Min Nr 305, de 24 Mai 95 (IG 12-02) e letra "c" do Inciso V, do Art. 40 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, solicito as providências junto ao Ordenador de Despesas para aprovar a aquisição dos materiais permanentes abaixo discriminados, por meio da Ata do Pregão Eletrônico constante da referência, desta UG:

**NATUREZA DA DESPESA**: 44.90.52
**EMPENHO**: Ordinário
**PI:** E3PCFSCSEGU
**OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**: Atende previsão do Plano de Gestão 2023/2024 - Cmdo Fron RO/6º BIS
**MODALIDADE**: DISPENSA DE LICITAÇÃO

| **CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **CNPJ 36.457.420/0001-49 - BALAO DA SEGURANCA COMERCIAL - EIRELI** | | | | | | |
| **Item** | **Descrição** | **Subelemento** | **Unidade de Fornecimento** | **Qtd** | **Valor Unitário** | **Valor Global** |
| 1 | KIT SISTEMA DE ALARME CONTRA ROUBO ANM 24 NET - INTELBRAS | 24 | Und | 6 | R$ 628,81 | R$ 3.772,86 |

CMDO FRON RO/6º BIS FL 04

| CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CNPJ 36.457.420/0001-49 - BALAO DA SEGURANCA COMERCIAL - EIRELI | | | | | | |
| **Item** | **Descrição** | **Subelemento** | **Unidade de Fornecimento** | **Qtd** | **Valor Unitário** | **Valor Global** |
| 2 | iM6 Full Color Câmera Lâmpada interna inteligente Wi-Fi 3MP | 47 | Und | 6 | R$ 540,21 | R$ 3.241,26 |
| **Total do Fornecedor:** | | | | | | R$ R$ 7.014,12 |

[redacted]

Respondendo pelo Ch SFPC/ Cmdo Fron RO/6º BIS

| **DESPACHO DO FISCAL ADMINISTRATIVO** | **DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS** |
|---|---|
| - Submeto a presente requisição para apreciação do Ordenador de Despesas.<br><br>Guajará- Mirim-RO, 7 de FEVEREIRO de 2025. | 1. Autorizo o Empenho da despesa e a abertura do processo de aquisição correspondente;<br><br>2. A Comissão de Contratação adote as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor;<br><br>3. Para fins de cumprimento do Inciso VIII, do Art 92 e Art 150, ambos da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, empregar os recursos do Plano de Trabalho Resumido nº 232180, 2025NC400227, Fonte: 1021000000, Gestão 00001, Natureza de Despesa 44.90.52; e<br><br>4. Cumpra-se.<br><br>Guajará- Mirim-RO, 7 de FEV de 2025 |
| [redacted]<br>Fiscal Administrativo do Cmdo Fron RO/6º BIS | [redacted]<br>Ordenador de Despesas do Cmdo Fron RO/6º BIS |

SIAFI2025-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)

14/01/25 12:06 USUARIO: ANDREIA

DATA EMISSAO : 14Jan25 VALORIZACAO : 14Jan25 NUMERO : 2025NC400206

UG EMITENTE : 167504 - CENTRO DE OBTENÇÕES DO EXÉRCITO - GESTOR

GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL

UG/GESTAO FAVORECIDA : 167346 / 00001 - CMDO FRON RONDONIA

OBSERVACAO

DFPC# - SISTEMAS SEG, MONITORAMENTO E/OU VIGILANCIA/ CONF ART 5º DA LEI 10834 DE 29 DEZ 03 E A PORT 102 CMT EX DE 06 MAR 06. DIEX-535-SFPC_CMDO 12ª RM (EMPENHO ATÉ 30JUN25)

NUM. TRANSFERENCIA :

| EV. | ESF | PTRES | FONTE | ND | SB | UGR | PI | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 300063 | 1 | 232180 | 1021000000 | 449052 | | 167504 | E3PCFSCSEGU | 11.600,00 |

LANCADO POR : 03412006114 - TAYNAN DIAS UG : 167504 14Jan25 09:57

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

RO/16º BIS

CMDO FRON RO/6º BIS FL 06

# DFD 3/2025

## Informações Básicas

| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
|---|---|---|---|
| 3/2025 | 160346-COMANDO DE FRONTEIRA RONDONIA/6 BIS/MEX/RO | CASSIO DE MENDONCA LIMA | 06/02/2025 12:57 (v 1.0) |

**Status**

CONCLUIDO

### Outras informações

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|---|---|---|
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes | | 64268.000519/2025-04 |

## Informações preliminares

**REQUISITANTE**:

| |
|---|
| Órgão: EXÉRCITO BRASILEIRO<br>Legislação: Orientação Normativa AGU Nº 36, de 13 de dezembro de 2011, IN 5 de 26 de maio de 2017 e Lei Nº 14.133, de 1º de Abril de 2021. |
| Setor Requisitante (Unidade/Setor/Departamento): SFPC<br><br>Responsável pela demanda:<br><br>Caio Cesar de Sales Vaz– 2° Sgt (Aux SFPC/ Aux 2ªSeção) |
| E-mail: salc6bis@gmail.com e caiovazcesar@gmail.com<br><br>Telefone: (69) 99358-0480 |

## 1. Descrição sucinta do objeto

Aquisição de Câmeras de Segurança e Alarmes de Segurança, para atender as necessidades do Seção de Fiscalização de Produtos Controlados do Comando de Fronteira Rondônia/6º Batalhão de Infantaria de Selva.

CMDO FRON RO/6° BIS FL. 07

## 2. Justificativa da necessidade

A contratação do referido serviço por meio do processo Administrativo NUP 64268.000519/2025-04 Dispensa de Licitação, com amparo no Inciso II, do Art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 para a aquisição de material permanente, Câmeras de Segurança e Alarmes de Segurança, para atender as necessidades do SFPC do Cmdo Fron RO/6° BIS, viabilizando assim a manutenção da segurança orgânica do aquartelamento. Justifico a contratação por:

a. OM ter sido contemplada com dotação orçamentária para a realização da despesa;

b. Os produtos estarem previstos no PCA 2024-2025;

c. Aquisição dos referidos produtos trará mais segurança aos seus usuários e permitirá também que as necessidades de utilização sejam melhor monitoradas pela 2ª Seção

Almeja-se realizar a contratação por meio de Dispensa de Licitação com amparo no Inciso II, do Art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, onde prevê que:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras (alterado pelo Decreto nº 11.871, de 2023).

Tal aquisição terá um valor total estimado de R$ 7.014,12 (sete mil e quatorze reais e doze centavos).

## 3. Estimativa de quantidade e valores

| Item | Descrição | UND | Qnt Mínima | Qnt To |
|---|---|---|---|---|
| 1 | KIT SISTEMA DE ALARME CONTRA ROUBO ANM 24 NET - INTELBRAS | UN | 06 | 06 |
| 2 | iM6 Full Color Câmera Lâmpada interna inteligente Wi-Fi 3MP | UN | 06 | 06 |

## 4. Grau de prioridade da contratação:

( ) Baixo ( ) Médio ( X )Alto

## 5. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

Responsável pela contratação direta

CMDO FRON RO/6º BIS
FL. 08

# Estudo Técnico Preliminar 6/2025

CMDO FRON RO/6° BIS
FL. 09

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 64268.000519/2025-04

## 2. Descrição da necessidade

Aquisição de Câmeras de Segurança e Sistemas de Alarme de Segurança. A aquisição ora pretendida é necessária para a plena manutenção da segurança orgânica do Cmdo Fron RO/6° BIS, aumentando assim o monitoramento e a fiscalização das áreas de responsabilidade do Batalhão, Reservas de Armamento e Munições e Reservas de Material.

Trata-se de Materiais permanentes fundamentais para a Segurança interna do Comando de Fronteira Rondônia/6° Batalhão de Intantaria de Selva.

## 3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|---|---|
| Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados - SFPC do Cmdo Fron RO/6° BIS | Caio Cesar de Sales Vaz |

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A aquisição de Material permanente, objeto da presente requisição, atenderá a demanda do SFPC do Comando de Fronteira Rondônia/6° Batalhão de Infantaria de Selva, em aprimorar a segurança orgânica do aquartelamento, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas.

O SFPC e a 2ª Seção são responsáveis por controlar, aprimorar e fiscalizar assuntos pertinentes à segurança orgânica do Batalhão no que tange a aquisição e aplicação de materiais, a fim de cumprir sua missão institucional.

## 5. Levantamento de Mercado

O estudo de mercado constará através dos preços referenciais no Processo n2 23525.002895/2022-17, como condição indispensável para o confronto e exame de propostas em licitação. Serão utilizados como referenciais de pesquisa mercadológica as fontes elencadas no Regulamento de Compras da EBSERH e Legislações Correlatas sendo que o prego de referência aceitável para a aquisição sera subsidiado pela média obtida na pesquisa mercadológica.

## 6. Descrição da solução como um todo

As aquisições seguirão as estimativas das quantidades estabelecidas para o certame, prazo ao longo do de vigência do processo licitatório para a aquisição de Materiais Permanentes para o SFPC do Comando de Fronteira Rondônia/ 6° Batalhão de Infantaria de Selva, bem como a 2° Seção do 1° Pelotão Especial de Fronteira.

CMDO FRON RO/6° BIS
FL. 10

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidade a serem adquiridas são estimadas pela necessidade do SFPC e 2° Seção do Comando de Fronteira Rondônia/6° BBatalhão de Infantaria de Selva, conforme PCA 2024/2025.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R$):** 7.014,12

A Instrução Normativa n° 73/2020 — SEGES/ME, que disciplina a ornamentação nos processos licitatórios, prevê variadas possibilidades de levantamento de mercado.
No levantamento da pesquisa realizada, constatou-se a existência da solução de custo que expressa os valores unitários, utilizando como base a média dos preços dos registros apresentados, sendo observado um universo mínimo de 03 (três) preços, das ferramentas Painel de Preços e SAG.
Desta forma, a análise desta solução oferece um custo-beneficio que na oportunidade se mostrou economicamente mais vantajoso para a Administração Pública.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

0 disposto encontra-se aplicável na presente demanda, sendo vislumbrado, no momento, o não parcelamento, desta forma foi observado que a aquisição é técnica e economicamente viável, não haverá perda de escala e o método da pesquisa realizado favorece o melhor aproveitamento de mercado e ampliação da competitividade dos pregos.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição visa atender o Plano de Contratações Anual 2024, bem como outros recursos descentralizados pelos Orgãos de Direção Setorial.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição dos Materiais Permanentes para atender as necessidades do SFPC e 2ª Seção conforme Plano de Trabalho aprovado para o PCA 2024, bem como outros recursos descentralizados pelos Órgãos de Direção Setorial.

## 13. Providências a serem Adotadas

Designar militar do SFPC para acompanhamento do processo junto ao Setor de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC), visando assessoramento técnico durante o andamento da Dispensa de Licitação.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se vislumbra impactos de ordem ambiental para aquisição de material.

CMDO FRON RO/6º BIS FL. 11

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no presente estudo, justifica-se a presente contratação para aquisição de materiais permanentes, tendo em vista atender as necessidades do SFPC e 2ª Seção e haver previsão orçamentária de alocação de recursos para este fim.

Além disso, a presente contratação está alinhada ao Plano de Gestão da Unidade, dentro do Objetivos Estratégicos (OE).

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

Responsável pela contratação direta

[redacted]

Responsável pela contratação direta

CMDO FRON RO/6° BIS
FL. 12

# Matriz de Gerenciamento de Riscos

## 1. Informações Básicas

| Número da Matriz de Alocação de Riscos | Responsável pela Edição | Data de Criação |
|---|---|---|
| 7/2025 | CASSIO DE MENDONCA LIMA | 06/02/2025 12:01 |

Objeto da Matriz de Riscos

Aquisição de Câmeras de Segurança e Alarmes de Segurança, para atender as necessidades do SFPC do Cmdo Fron RO/6° BIS

## 2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

## 3. Riscos Identificados

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|---|---|---|---|---|---|---|
| R-01 | Inexistência do recurso (recolhimento pelo Órgão descentralizador) | Em caso de inexistência de recurso ou recolhimento pelo órgão descentralizador | Planejamento | Administração | Baixo | |
| | **Impactos** | | | | | |
| 1 | Impossibilidade de firmar novo contrato. | | | | | |
| | **Ações Preventivas** | | | | | |
| P-01 | Acelerar o processo administrativo e estreitar contato com a futura contratada | | | **Responsável:** CAIO CESAR DE SALES VAZ | | |
| | **Ações de Contingência** | | | | | |
| C-01 | Solicitar nova descentralização de crédito por meio de DIEx a DAP/Fundo do Exército | | | **Responsável:** CAIO CESAR DE SALES VAZ | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|---|---|---|---|---|---|---|
| R-02 | Futura contratada não firmar o contrato | Acelerar o processo administrativo e estreitar contato com a futura contratada | Seleção do Fornecedor | Administração | Baixo | |
| | **Impactos** | | | | | |
| 1 | Impossibilidade de firmar novo contrato. | | | | | |
| | **Ações Preventivas** | | | | | |
| P-01 | Estreitar contato com a contratada. | | | **Responsável:** CAIO CESAR DE SALES VAZ | | |
| | **Ações de Contingência** | | | | | |
| C-01 | Notificá-la e, se necessário, instaurar processo administrativo visando à sanção, conforme o caso. | | | **Responsável:** CAIO CESAR DE SALES VAZ | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|---|---|---|---|---|---|---|
| R-03 | Não acompanhamento do contrato | Problemas relativos à estrita execução das cláusulas contratuais | Gestão de Contrato | Administração | Baixo | |
| | **Impactos** | | | | | |
| 1 | Problemas relativos à estrita execução das cláusulas contratuais | | | | | |
| | **Ações Preventivas** | | | | | |
| P-01 | Acompanhamento fiel do contrato pelo Fiscal do Contrato | | | **Responsável:** CAIO CESAR DE SALES VAZ | | |
| | **Ações de Contingência** | | | | | |
| C-01 | Preparação do Fiscal de Contrato que deverá buscar capacitação. | | | **Responsável:** CAIO CESAR DE SALES VAZ | | |

## 4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

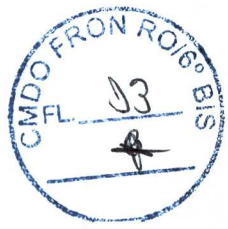
Nenhum acompanhamento incluído.

## 5. Responsáveis / Assinantes

**Equipe de Planejamento**

[redacted]

Responsável pela contratação direta



CMDO FRON RO/6° BIS FL 14

# Termo de Referência 15/2025

## Informações Básicas

| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
|---|---|---|---|
| 15/2025 | 160346-COMANDO DE FRONTEIRA RONDONIA/6 BIS/MEX/RO | CASSIO DE MENDONCA LIMA | 06/02/2025 16:18 (v 2.0) |

**Status**
CONCLUIDO

**Outras informações**

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|---|---|---|
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes | | 64268.000519/2025-04 |

## 1. Condições gerais da contratação

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de Câmeras de Segurança e Alarmes de Segurança, para atender as necessidades do Seção de Fiscalização de Produtos Controlados do Cmdo Fron RO/6° BIS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QTD | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | KIT SISTEMA DE ALARME CONTRA ROUBO ANM 24 NET - INTELBRAS | 2228 | Und | 6 | R$ 628,81 | R$ 3.772,86 |
| 2 | iM6 Full Color Câmera Lâmpada interna inteligente Wi-Fi 3MP | 15041 | und | 6 | R$ 540,21 | R$ 3.241,26 |
| VALOR TOTAL: R$ 7.014,12 (sete mil e quatorze reais e doze centavos) | | | | | | |

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

*1.3 O prazo de vigência da contratação é de 30 dias contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

CMDO FRON RO/16º BIS
FL. 95

## 2. Fundamentação e descrição da necessidade

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

*2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.*

## 3. Descrição da solução como um todo

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

*3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**Sustentabilidade:**

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

**Da exigência de carta de solidariedade**

*4.2 Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.*

**Subcontratação**

4.3 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

**Garantia da contratação**

*4.5 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 , pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

4.6 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

CMDO FRON ROI 6º BIS
FL 06

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

**Condições de Entrega**

*5.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) emissão da Nota de Empenho, em remessa única.*

*5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

5.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: AVENIDA LEOPOLDO DE MATTOS, Nr 2329, BAIRRO TAMANDARÉ, CIDADE DE GUAJARÁ-MIRIM/RONDÔNIA, CEP 76850-000

**Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**Fiscalização Técnica**




6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ( Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**Gestor do Contrato**

6.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e

a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

**Recebimento**

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7..6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CMDO FRON RO/16º BIS
FL. 09

**Liquidação**

7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

2. o prazo de validade;
3. a data da emissão;
4. os dados do contrato e do órgão contratante;
5. o período respectivo de execução do contrato;
6. o valor a pagar; e
7. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

7.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

**Forma de pagamento**

7.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Cessão de crédito**

7.24 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

9. *As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.*

7.25 A eficácia da cessão de crédito *não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020,* em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.26.1 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.27 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

CMDO FRON RO/16º BIS FL

# 8. Forma e critérios de seleção e regime

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por.

**Forma de fornecimento**

8.2 O fornecimento do objeto será Integral.

**Exigências de habilitação**

8.3 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

*a) SICAF;*

*b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);*

*c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)*

8.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5 Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7 O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9 É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11 Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

**Habilitação jurídica**

**Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br /empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.14 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

**Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.15 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.16 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16.1 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



8.16.2 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

8.16.3 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16.4 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16.5 Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16.6 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital] ou [Municipal /Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.16.7 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

8.17 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.17.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.17.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.18 As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

*8.19 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

**Qualificação Técnica**

*8.20 Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;*

*8.21 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

*8.22 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*

*8.22 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

5. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*
6. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*
7. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

8.24Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
9. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
10. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
11. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
12. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
13. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta;

14. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.




## 9. Estimativas do valor da contratação

**Valor (R$):** 7.014,12

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

*9.1 O custo estimado total da contratação é de R$ 7.014,12 (sete mil e quatorze reais e doze centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima*

*9.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.*

*9.3 Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):*

1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*
2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*
3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*
4. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I. Gestão/Unidade: 167504
II. Fonte de Recursos: 1021000000
III. Programa de Trabalho: 232180
IV. Elemento de Despesa: 33.40.52

Plano Interno: E3PCFSCSEGU

CMDO FRON RO/6º B/S FL. 26

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

Responsável pela contratação direta

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência motivado pelo atendimento claro, conciso e objetivo nos termos do Inc. II, do art. 75, da Lei 14.133/21, pois indica os elementos técnicos fundamentais relativos

[redacted]

Autoridade competente

providências.

d. CONTRATAÇÃO DIRETA - Autorização

Reconheço a Dispensa de Licitação fundamentada no inciso II, do Art. 75, da Lei nº 14.133/2021, que tem como objeto a Aquisição de Câmeras de Segurancas e Alarmes de segurança, para atender as necessidades da Seção de Fiscalização de Produtos Controlados do Comando de Fronteira Rondônia/6° Batalhão de Infantaria de Selva, no valor estimado de R$ 7.014,12 (7 mil e quatorze reais e doze centavos), à empresa privada abaixo relacionada:
EMPRESA: BALAO DA SEGURANCA COMERCIAL - EIRELI.
CNPJ: 36.457.420/0001-49

Em consequêcia:
- o Ch 1ª Seç, o Fisc Adm, o Ch SALC e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

e. ARRAÇOAMENTO

Para o dia 12 FEV 25
A Fiscalização Administrativa, providencie o saque dos seguintes quantitativos e complementos às etapas completas.
Quantitativos

| REFEIÇÕES | Cmdo Fron-Ron/6º BIS | Subunidades | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | CCAP | 2ª Cia Fuz Sl | 1ª Cia Fuz Sl | B Adm |
| Café | - | 15 | 30 | 80 | 55 |
| Almoço | - | 20 | 40 | 70 | 50 |
| Jantar | - | 16 | 10 | 14 | 18 |
| Total | - | 51 | 80 | 164 | 123 |

f. INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA E DESIGNAÇÃO DE ENCARREGADO

Por intermédio do DIEx Simplificado Nº 3-S1.4/S1/C Fron RO, de 13 NOV 24, este Comando tomou conhecimento do pedido de não prorrogação de tempo de serviço, encaminhado pelo 3º Sgt **F** ERNANDO LUCAS DA SILVA **SOUZA,** da B Adm, que se encontrava movimentado para outra Guarnição, tendo recebido todos os valores a que fazia jus.

Em face do exposto, determino que seja instaurada sindicância, de acordo com o que preconiza o Art. 82-A, das Normas para Gestão de Recursos Financeiros destinados à Movimentação de Pessoal e Deslocamento fora da Sede (EB30-N10.003), aprovadas pela Portaria nº 290-DGP, de 9 de dezembro de 2013, com a finalidade de apurar as circunstâncias em que ocorreram os fatos, bem como se há indícios do cometimento de crime militar ou transgressão disciplinar e eventual dano ao erário.

Delego ao 1º Sgt **J**ARDEL RODRIGUES DA **COSTA**, da CCAp, as atribuições que me competem, de acordo com o Art 4º, inciso III, das Instruções Gerais para a Elaboração de Sindicância no Âmbito do Exército Brasileiro (EB10-IG-09.001), aprovadas pela Portaria C Ex Nr 2394, de 5 de dezembro de 2024, com prazo de 30 (trinta) dias corridos para a conclusão da sindicância, a contar do primeiro dia

CMDO FRON RO/6º BIS FL. 08

**ONDE LÊ:**

Apresentou-se em 12 NOV 24, por término de passagem e transmissão de cargos e encargos relativos à função de Cmt do Cmdo Fron RO/6º BIS, conforme prescreve o Inciso I, do Art. 131 do RAE (R-3), o seguinte militar:

Cel FLÁVIO HENRIQUE MAGALHÃES **VALLE**
Substituído

Ten Cel JOÃO ANTONIO **PREGNOLATO** FILHO
Substituto

**LEIA SE:**
Apresentou-se em 2 DEZ 24, por término de passagem e transmissão de cargos e encargos relativos à função de Cmt do Cmdo Fron RO/6º BIS, conforme prescreve o Inciso I, do Art. 131 do RAE (R-3):

Cel FLÁVIO HENRIQUE MAGALHÃES **VALLE**
Substituído

Ten Cel JOÃO ANTONIO **PREGNOLATO** FILHO
Substituto

Em consequência:
- o Ch 1ª Seç, o Fisc Adm, o Cmt SU, os militares supracitados e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

c. CONTRATAÇÃO DIRETA

Equipe de Planejamento da Contratação - Designação

Designo para compor a Equipe de Planejamento da Contratação referente ao processo de Dispensa de Licitação (Processo NUP 64268.000519/2025-04), cujo objeto é aquisição de câmeras de seguranças e alarmes de seguranças, para atender as necessidades do Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados do Comando de Fronteira Rondônia/6º Batalhão de Infantaria de Selva, conforme previsão contida no Caput e § 1º do Art. 22, da Instrução Normativa nº 05/2017, de 26 de maio de 2017.

1º Ten **ALEXANDRE** FERNANDES BARBOSA DE OLIVEIRA
Presidente
2º Sgt CAIO CESAR DE SALES **VAZ**
Membro

Em consequência:
- a Equipe de Planejamento da Contratação deverá providenciar a documentação abaixo relacionada e entregar no Setor de Licitações do Cmdo Fron RO/6º BIS, conforme previsto no Art. 27 da Instrução Normativa nº 05/2017:
- Documento de Formalização da Demanda;
- Mapa Gerenciamento de Riscos relacionado à fase da Gestão de Contratos;
- Estudos Técnicos Preliminares (ETP); e
- Termo de Referência.
- Prazo de entrada da documentação na SALC: até 10 (dez) dias a contar da data de publicação em BI da OM.
- o Ch 1ª Seç, o Ch SALC, os militares designados e os demais interessados tomem conhecimento e

CMDO FRON RO/6º BIS FL 29

**2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

a. PASSAGEM DE CARGOS E ENCARGOS - Apresentação

Apresentou-se por término de passagem e transmissão de cargos e encargos, relativos a função de Cmt 2ª Cia Fuz Sl, do Cmdo Fron RO/6º BIS em 29 NOV 24, conforme prescreve o Inciso II, do Art. 131, da Portaria C Ex Nr 1.555, de 9 JUL 21 (RAE), o seguinte militar:

1º Ten PABLO CARPINET **BECHTLUFFT**
Substituído

1º Ten **ALEXANDRE** FERNANDES BARBOSA DE OLIVEIRA
Substituto

Em consequência:
- o Ch 1ª Seç, o Cmt SU e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

(Por não ter sido publicado em data oportuna)

Apresentou-se por término de passagem e transmissão de cargos e encargos, relativos a a função de Ordenador de Despesas do Cmdo Fron RO/6º BIS em 3 DEZ 24, conforme prescreve o Inciso II, do Art. 131, da Portaria C Ex Nr 1.555, de 9 JUL 21 (RAE), o seguinte militar:

Cel FLÁVIO HENRIQUE MAGALHÃES **VALLE**
Substituído

Ten Cel JOÃO ANTONIO **PREGNOLATO** FILHO
Substituto

Em consequência:
- o Ch 1ª Seç, o Cmt SU e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

b. PASSAGEM DE MATERIAL, TRANSMISSÃO DE ENCARGOS E DE VALORES - Apresentação

Apresentou-se em 12 NOV 24, por término de passagem e transmissão de cargos e encargos relativos à função de Cmt do Cmdo Fron RO/6º BIS, conforme prescreve o Inciso I, do Art. 131 do RAE (R-3), o seguinte militar:

Cel FLÁVIO HENRIQUE MAGALHÃES **VALLE**
Substituído

Ten Cel JOÃO ANTONIO **PREGNOLATO** FILHO
Substituto

Em consequência:
- o Ch 1ª Seç, o Fisc Adm, o Cmt SU, os militares supracitados e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

Apresentou-se em 3 DEZ 24, por término de passagem e transmissão de cargos e encargos relativos à função de Sargento Ajudante do Cmdo Fron RO/6º BIS, conforme prescreve o Inciso III, do Art. 131 do RAE (R-3), o seguinte militar:

CMDO FRON RO/6º BIS FL. 30

**ONDE LÊ:**

Apresentou-se em 12 NOV 24, por término de passagem e transmissão de cargos e encargos relativos à função de Cmt do Cmdo Fron RO/6º BIS, conforme prescreve o Inciso I, do Art. 131 do RAE (R-3), o seguinte militar:

Cel FLÁVIO HENRIQUE MAGALHÃES **VALLE**
Substituído

Ten Cel JOÃO ANTONIO **PREGNOLATO** FILHO
Substituto

**LEIA SE:**

Apresentou-se em 2 DEZ 24, por término de passagem e transmissão de cargos e encargos relativos à função de Cmt do Cmdo Fron RO/6º BIS, conforme prescreve o Inciso I, do Art. 131 do RAE (R-3):

Cel FLÁVIO HENRIQUE MAGALHÃES **VALLE**
Substituído

Ten Cel JOÃO ANTONIO **PREGNOLATO** FILHO
Substituto

Em consequência:
- o Ch 1ª Seç, o Fisc Adm, o Cmt SU, os militares supracitados e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

c. CONTRATAÇÃO DIRETA

Equipe de Planejamento da Contratação - Designação

Designo para compor a Equipe de Planejamento da Contratação referente ao processo de Dispensa de Licitação (Processo NUP 64268.000519/2025-04), cujo objeto é aquisição de câmeras de seguranças e alarmes de seguranças, para atender as necessidades do Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados do Comando de Fronteira Rondônia/6º Batalhão de Infantaria de Selva, conforme previsão contida no Caput e § 1º do Art. 22, da Instrução Normativa nº 05/2017, de 26 de maio de 2017.

1º Ten **ALEXANDRE** FERNANDES BARBOSA DE OLIVEIRA
Presidente
2º Sgt CAIO CESAR DE SALES **VAZ**
Membro

Em consequência:
- a Equipe de Planejamento da Contratação deverá providenciar a documentação abaixo relacionada e entregar no Setor de Licitações do Cmdo Fron RO/6º BIS, conforme previsto no Art. 27 da Instrução Normativa nº 05/2017:
- Documento de Formalização da Demanda;
- Mapa Gerenciamento de Riscos relacionado à fase da Gestão de Contratos;
- Estudos Técnicos Preliminares (ETP); e
- Termo de Referência.
- Prazo de entrada da documentação na SALC: até 10 (dez) dias a contar da data de publicação em BI da OM.
- o Ch 1ª Seç, o Ch SALC, os militares designados e os demais interessados tomem conhecimento e

FRON ROZ BIS FL. 31

- da CRO / 11ª RM (Brasília-DF), o Cel QEM FC (0114830946) FRANCISCO THARCIO GOMES COSTA;
- da CRO / 12ª RM (Manaus-AM), o Ten Cel QEM FC (0130910847) FÁBIO BARROS DE SOUSA;
- do 1º CGEO (Porto Alegre-RS), o Cel QEM Cart (0115395048) MARCUS FABIANO SILVA SALDANHA;
- do 4º CGEO (Manaus-AM), o Ten Cel QEM Cart (0115403248) EMERSON MAGNUS DE ARAÚJO XAVIER;
- da B Adm Ap/8ª RM (Belém-PA), o Cel INF (0858425937) LEANDRO DA SILVA MELLO;
- da B Adm Ap Ibirapuera (São Paulo-SP), o Cel INF (0204713945) FREDERICO SOARES DE SOUZA;
- da B Adm Ap/CMP (Brasília-DF), o Ten Cel INF (0130545148) MOACIR MENDONÇA LIMA;
- da B Adm Ap/1ª RM (Rio de Janeiro-RJ), o Cel INF (0187402938) ALINSON DE PAULA;
- da B Ap R Sorocaba (Sorocaba-SP), o Cel INF (0564995934) ANDRÉ PAULO MAURMANN;
- da B Adm Cmdo Op Esp (Goiânia-GO), o Cel INF (0113964548) FERNANDO GUIMARÃES DE SIQUEIRA;
- da B Adm Gu João Pessoa (João Pessoa-PB), o Cel INF (0204744940) FELIPE RIBEIRO DA SILVA;
- da B Adm Gu Natal (Natal-RN), o Cel ART (0194546230) DORNELES CACIANO DE OLIVEIRA JUNIOR;
- da B Adm Gu SM (Santa Maria-RS), o Cel ART (0111027942) EVERTON CONCEIÇÃO SOARES;
- do H Ge BELEM (Belém-PA), a Ten Cel MED (0131322943) DINALVA FERREIRA DA COSTA DO CARMO;
- do H Ge JUIZ DE FORA (Juiz de Fora-MG), o Ten Cel FARM (0114494644) SANDRO PORCIUNCULA;
- do H Ge SALVADOR (Salvador-BA), o Cel ENG (0187684733) EMERSON DA SILVA MORAES;
- do H Ge Sta Maria (Santa Maria-RS), o Ten Cel MED (0318838042) MARCIO RIBEIRO TONIAZZO;
- do H Gu BAGE (Bagé-RS), a Ten Cel FARM (0332851146) MACLEINE FRANTZ MACHADO;
- do H Gu JOÃO PESSOA (João Pessoa-PB), a Ten Cel MED (0131596041) KÁTIA VANUSA DE ALCÂNTARA QUEIROZ MENNA BARRETO;
- do H Gu MARABA (Marabá-PA), o Cel MED (0114949043) ANGELO BARLETTA NETO;
- do H M R (Resende-RJ), o Cel MED (0113884142) UBIRATAN DE OLIVEIRA MAGALHÃES;
- da Pclin MN (Niterói-RJ), a Ten Cel MED (0131305849) ANDRÉIA MARTINELLI SOBREIRA;
- da Pclin MPA (Porto Alegre-RS), a Ten Cel MED (0114772742) ISABEL CRISTINA CUNHA DELGADO;
- do CIBSB (Rosário do Sul-RS), o Cel ENG (0762847739) TARCÍSIO BRUNO FIGUEIREDO DO VALE;
- do CIG (Rio de Janeiro-RJ), o Cel CAV (0204726442) FABIO COLANGELO SANTOS;
- do CIJF / CEAC (Juiz de Fora-MG), o Cel INF (0204727044) JEAN RICARDO SOUZA CRUZ;
- do CIMH (Três Barras-SC), o Cel CAV (0520617242) ROBSON VANDERLI DE SÁ; e
- do CISM (Santa Maria-RS), o Cel CAV (0113968846) PAULO SANTORO JÚNIOR.

Gen Ex TOMÁS MIGUEL MINÉ RIBEIRO PAIVA

**PORTARIA - C EX Nº 730, DE 23 DE MAIO DE 2024**

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, inciso VI, alínea "g", da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e o art. 9º, inciso II, alínea "a", do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças do Exército, aprovado pelo Decreto nº 2.040, de 21 de outubro de 1996, alterado pelo Decreto nº 8.514, de 3 de setembro de 2015, e considerando o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, com redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, resolve:

NOMEAR,por necessidade do serviço, ex officio, para o desempenho dos cargos de Comandante, Chefe ou Diretor das Organizações Militares a seguir relacionadas, os seguintes oficiais:

- do 1º BIS (Manaus-AM), o Ten Cel INF (0130905649) ANDERSON XAVIER NEVES;
- do 2º BIS (Belém-PA), o Ten Cel INF (0130574049) RODRIGO ROZAS;
- do 3º BIS (Barcelos-AM), o Ten Cel INF (0309492940) ROGER REGUFE GONÇALVES LOPES;
- do 24º BIS (São Luís-MA), o Ten Cel INF (0130911548) JOÃO CARLOS DUQUE;
- do Cmdo Fron ACRE / 4º BIS (Rio Branco-AC), o Ten Cel INF (0195436837) FABIO ROBERTO SANTOS ALCANTARA;
- do Cmdo Fron RIO NEGRO / 5º BIS (São Gabriel da Cachoeira-AM), o Ten Cel INF (1127212742) FREDERICO INACIO BARROS SILVA;
- do Cmdo Fron RONDÔNIA / 6º BIS (Guajará-Mirim-RO), o Ten Cel INF (0521497842) JOÃO ANTONIO PREGNOLATO FILHO;
- do Cmdo Fron RORAIMA / 7º BIS (Boa Vista-RR), o Ten Cel INF (0130574841) DAISLAN MONTENÁRIO DE AGUIAR;
- do 2º BI Mtz (Es) (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0130890544) MAURILIO LUCIO DA SILVA JUNIOR;
- do 9º BI Mtz (Pelotas-RS), o Ten Cel INF (0130282148) DANIEL PASCHOAL ZANINI;
- do 14º BI Mtz (Jaboatão dos Guararapes-PE), o Ten Cel INF (0130912041) RAFAEL PEREIRA BEZERRA;
- do 19º BI Mtz (São Leopoldo-RS), o Ten Cel INF (0130890049) LAURO LIMA DOS SANTOS NETO;
- do 20º BIB (Curitiba-PR), o Ten Cel INF (0130909146) MAURILIO FERREIRA DA SILVA JUNIOR;
- do 22º BI (Palmas-TO), o Ten Cel INF (0937316446) ROBERTO NUNES RIBEIRO FILHO;
- do 25º BC (Teresina-PI), o Ten Cel INF (1138363344) ROGERIO ALEX AQUINO DE CASTRO;
- do 25º BI Pqdt (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0332633445) ALBERTO DANUBIO MANFRA JUNIOR;
- do 28º BI Mec (Campinas-SP), o Ten Cel INF (0130911043) FERNANDO GRIEP DE SOUZA FRANCO;
- do 29º BIB (Santa Maria-RS), o Ten Cel INF (0130881543) ROMULO TORRES RAMIRO;
- do 30º BI Mec (Apucarana-PR), o Ten Cel INF (1139058349) UBIRATAN ATHAYDE MARCONDES FILHO;
- do 31º BI Mtz (Campina Grande-PB), o Ten Cel INF (0130907348) VICENTE DE PAULO CAMPOS JUNIOR;
- do 32º BIL - Mth (Petrópolis-RJ), o Ten Cel INF (1127148748) DIOGO OLIVEIRA GENIAL;
- do 33º BI Mec (Cascavel-PR), o Ten Cel INF (0925967143) ANDRÉ LUÍS MIRANDA PEIXOTO;
- do 34º BI Mec (Foz do Iguaçu-PR), o Ten Cel INF (0420304248) VICTOR BERNARDES DE FARIA;
- do 36º BI Mec (Uberlândia-MG), o Ten Cel INF (0113036941) DOMINGOS PINTO DA SILVA JÚNIOR;
- do 37º BI Mec (Lins-SP), o Ten Cel INF (1010669743) WAGNER PERES LEITE;
- do 40º BI (Crateús-CE), o Ten Cel INF (0130544844) HEBERT CÁSSIO GUIMARÃES FONSECA;
- do 41º BI Mtz (Jataí-GO), o Ten Cel INF (0130570849) FAUSTO CALADO DE CARVALHO;
- do 44º BI Mtz (Cuiabá-MT), o Ten Cel INF (0196160634) THIAGO CUNHA GOMES;
- do 47º BI (Coxim-MS), o Cel INF (0114794944) GLAUCIJANDER MELO DE FREITAS;
- do 55º BI (Montes Claros-MG), o Ten Cel INF (0736089145) PAULO GUSTAVO MONTEIRO DOS SANTOS;
- do 58º BI Mtz (Aragarças-GO), o Ten Cel INF (0130539844) HÉLIO RICARDO BEZERRA SAMPAIO;
- do 59º BI Mtz (Maceió-AL), o Ten Cel INF (0130567340) MÁRCIO ROBÉRIO DE OLIVEIRA LIMA;
- do BGP (Brasília-DF), o Ten Cel INF (0130284649) MARCELO SOUSA DE PINHO;
- do 1º BG (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0420281743) RAFAEL RIBEIRO SALES;
- do 1º BPE (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0130546047) CARLOS EDUARDO PEREIRA DA SILVA;
- do 3º BPE (Porto Alegre-RS), o Ten Cel INF (0114797749) RAFAEL DOMINGUES DE OLIVEIRA;
- do 4º BPE (Recife-PE), o Ten Cel INF (0130891344) ANDRÉ LUIS CRUZ CORREIA;
- do BCSv/AMAN (Resende-RJ), o Ten Cel INF (0130915242) EDNEI MACHADO;
- da Cia Prec Pqdt (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0420276743) RICARDO ASSIS VITÓRIO;
- da 1ª Cia Inf (Paulo Afonso-BA), o Ten Cel INF (0130889041) MARCELO BALBI DE SOUZA LIMA;
- da 2ª Cia Fron (Porto Murtinho-MS), o Maj INF (0420233249) CARLOS MARCELO DA SILVA;
- da 15ª Cia Inf Mtz (Guaíra-PR), o Ten Cel INF (0216463349) RODOLFO LEONARDO BORGES CARNEIRO AMORIM;
- do 1º RC Mec (Itaqui-RS), o Ten Cel CAV (0196438832) DANIEL DA SILVEIRA JACOBINA;
- do 2º RC Mec (São Borja-RS), o Maj CAV (0131488249) JAIME OLIVEIRA DA SILVA LIMA;
- do 4º RCB (São Luiz Gonzaga-RS), o Ten Cel CAV (0130298144) PEDRO DA CRUZ MACHADO JÚNIOR;
- do 4º RCC (Rosário do Sul-RS), o Ten Cel CAV (0112718341) JÚLIO CÉSAR MONTEIRO DE VASCONCELOS JÚNIOR;
- do 5º RCC (Rio Negro-PR), o Ten Cel CAV (0317863546) ANDRÉ ROLIM DA SILVA;
- do 8º RC Mec (Uruguaiana-RS), o Ten Cel CAV (0115350142) LUIZ EDUARDO MACIEL LOPES;
- do 9º RCB (São Gabriel-RS), o Maj CAV (0724954243) JOÃO CARLOS DE ALMEIDA LIMA;
- do 10º RC Mec (Bela Vista-MS), o Ten Cel CAV (0332013143) THIAGO CARON DA SILVA;
- do 14º RC Mec (São Miguel do Oeste-SC), o Ten Cel CAV (0130282742) LUIZ FERNANDO CORADINI;
- do 17º RC Mec (Amambaí-MS), o Ten Cel CAV (0130288947) PEDRO AUGUSTO DA CAS PORTO;
- do 19º RC Mec (Santa Rosa-RS), o Ten Cel CAV (1138332349) CLEBER HENRIQUE BERNARDES SIMÕES;
- do 20º RCB (Campo Grande-MS), o Ten Cel CAV (1127273140) ENDRIGO BUSCARONS DA SILVA;
- da EsEqEx (Rio de Janeiro-RJ), o Maj CAV (0196737035) RODRIGO BARROS DE OLIVEIRA;
- do 2º RCG (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel CAV (0216454744) BRUNO RICARDO KURZ CLASEN;
- do CA Sul (Santa Maria-RS), o Ten Cel CAV (0111454443) MARCEL HERMAN HEISE;
- do 4º GAC L - Mth (Juiz de Fora-MG), o Ten Cel ART (0216466649) CARLOS EDUARDO OLIVEIRA;
- do 8º GAC Pqdt (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel ART (0130908049) EVERTON OLIVEIRA BEHNEN;
- do 11º GAC (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel ART (0216490144) RODRIGO MONTEIRO DE MORAES BRAZ;
- do 12º GAC (Jundiaí-SP), o Ten Cel ART (0196307334) MARIO HENRIQUE MADUREIRA;
- do 13º GAC (Cachoeira do Sul-RS), o Ten Cel ART (0216460543) LUIS RIELE MIRANDA GUIMARÃES;
- do 17º GAC (Natal-RN), o Ten Cel ART (0130570047) ROBSON PINHEIRO DANTAS;
- do 20º GAC L (Barueri-SP), o Ten Cel ART (0216488841) RAFAEL SILVA RUIZ;
- do 22º GAC AP (Uruguaiana-RS), o Ten Cel ART (1138775349) PATRICK CELSO MAXIMO NETTO;
- do 26º GAC (Guarapuava-PR), o Ten Cel ART (0216459545) JÚLIO CÉSAR LACERDA MARTINS;
- do 29º GAC AP (Cruz Alta-RS), o Ten Cel ART (0926377946) GILDSON BORGES DA SILVA;
- do 31º GAC (Es) (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel ART (0216453548) ADRIANO MURAROLI BERNARDES;
- do 32º GAC (Brasília-DF), o Ten Cel ART (0111875142) FRANCISCO XAVIER MONTEIRO BEZERRA DO NASCIMENTO;
- do 6º GMF (Formosa-GO), o Maj ART (0131498040) LEANDRO RODRIGUEZ CALDAS;
- da EsACosAAe (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel ART (1239568940) LUIZ CARLOS BATISTA DE ALMEIDA JÚNIOR;
- do 2º GAAAe (Praia Grande-SP), o Maj ART (0131505448) ANTONIO CELSO FERNANDES NEVES;
- do 4º GAAAe (Sete Lagoas-MG), o Ten Cel ART (0216474643) LUCIANO PINHEIRO CARDOSO;
- do 11º GAAAe (Brasília-DF), o Maj ART (0196921936) ABNER DE OLIVEIRA E SILVA JUNIOR;
- do 1º BEC (Caicó-RN), o Ten Cel ENG (0130905748) ARTHUR PETRONIO DE CARVALHO BRITO;
- do 3º BEC (Picos-PI), o Ten Cel ENG (1028565347) ANTONIO AÉCIO SILVA SOUSA;
- do 4º BEC (Barreiras-BA), o Ten Cel ENG (1138329048) WARLEY LUIZ DA SILVA;
- do 1º BE Cmb (Es) (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel ENG (0130295546) ANDERSON LUIZ ALVES FIGUEIREDO;
- do 2º BE Cmb (Pindamonhangaba-SP), o Ten Cel ENG (0130540842) ERIC MONIOS;
- do 4º BE Cmb (Itajubá-MG), o Cel ENG (0111411641) RODRIGO MOTINHA LANZELLOTTE;
- do 6º BE Cmb (São Gabriel-RS), o Maj ENG (0131489742) ALEXANDRE WAGNER DE ALMEIDA E SILVA;
- do 7º BE Cmb (Natal-RN), o Ten Cel ENG (0130883143) JOHN MAYCONN VIANA MARCIANO;
- do 9º BE Cmb (Aquidauana-MS), o Ten Cel ENG (0434033643) HÉLIO AUGUSTO POLI DE SOUZA;

CMDO FRON RO/6° BIS
FL. 39

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMDO FRON RO/6° BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(BATALHÃO FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA)

## COMPATIBILIDADE COM A LOA, PPA E LDO

**DISPENSA DIRETA DE LICITAÇÃO 02/2024**
**NUP 64268.000519/2025-04**

Declaro para os devidos fins, com base no disposto no Art. 16, I e II, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e para efeitos da realização desta Dispensa de licitação, que a despesa tem adequação orçamentária e financeira atual – Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Guajará-Mirim/RO, de fevereiro de 2025

[redacted]

Ordenador de Despesas do Cmdo Fron RO/6° BIS

CMDO FRON RO/6º BIS
FL 33



- o Cmt SU e demais interessados tomem conhecimentos e adotem as providências julgadas

d. CABOS E SOLDADOS

FÉRIAS - Apresentação

Apresentou-se em 29 JAN 25, por término de 15 (quinze) dias de férias regulamentares relativas ao ano de 2024 e encontra-se pronto para o serviço.

Cb EP **ELITO OLIVEIRA** TAXI

Em consequência:
- o Ch 1ª Seç, o Cmt SU e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

**2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

a. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - Nomeação

Nomeio o militar a seguir relacionado para compor a Comissão Permanente de Licitação - CPL, conforme prevê o inciso L, do Art 6°, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021:

2º Ten ERWIN **ALEKSANDER** BRITO DO NASCIMENTO
Presidente

2º Sgt ANDRÉ GOMES DE ASSUNÇÃO
Secretário

2º Sgt **THIAGO FARIAS** CARNEIRO
Adjunto

3º Sgt HELLEN **CRISTINA** SILVA COSTA
Membro

3º Sgt RYAN BITTENCOURT **PENA**
Membro

Em consequência:
- o S1, Fisc Adm, SALC e demais interessados tomem conhecimento e as providências.

b. ARRAÇOAMENTO

Para o dia 30 JAN 25
A Fiscalização Administrativa, providencie o saque dos seguintes quantitativos e complementos às etapas completas.
Quantitativos

| | | Subunidades | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| REFEIÇÕES | Cmdo Fron-Ron/6º BIS | CCAP | 2ª Cia Fuz Sl | 1ª Cia Fuz Sl | B Adm |

# BALÃO DA SEGURANÇA
redes e monitoramento

## BALAO DA SEGURANCA

BALAO DA SEGURANCA COMERCIAL - EIRELI

Rua Aurora 88

01209-000 Santa Efigênia - São Paulo / SP

**CNPJ:** 36.457.420/0001-49
**Insc. Estadual:** 128.598.505.117

**Telefone:** 11-3337-3387

**Contato**11-3337-3387

**E-mail:**contato@balaodaseguranca.com.br

# ORÇAMENTO

## Nro.: 26601/17

**Data de Abertura:** 05/02/2025 11:37

**Data de Conclusão:** 05/02/2025 14:36

CMDO FRON RO/6º BIS
FL 34

## Cliente

**Código:** 2

**Nome Completo:** CONSUMIDOR

**Endereço:** comercial - Rua Aurora, 88 (Santa Efigênia) - São Paulo / SP - CEP: 01209-000

**Telefone(s):** comercial - (0)(11) 3337-3338
comercial - (0)(11) 3331-2662

**E-mail:** contato@balaodaseguranca.com.br

## Pedido

**Preço:** PREÇO VAREJO

**Usuário:** JOSE RICARDO

**Usuário Abertura:** JOSE RICARDO

**Vendedor:** JOSE RICARDO

## Iterações

## Entrega

**Endereço Entrega:** comercial - Rua Aurora, 88 (Santa Efigênia) - São Paulo / SP - CEP: 01209-000-

## Expedição

**Espécie:**

**Peso Bruto:** 0,000

**Peso Líquido:** 0,000

**Valor Seguro** R$ 0,00

| Código | Produto | Observação | UM | Fabricante | Qtde | Partnumber | Valor | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1774 | KIT SISTEMA DE ALARME CONTRA ROUBO ANM 24 NET | | UN | INTELBRAS | 6 | | 628,81 | 3.772,86 |
| 1800 | iM6 Full Color Câmera Lâmpada interna inteligente Wi-Fi 3MP | | UN | iM6 Full Color Câmera Lâmpada interna inteligente Wi-Fi 3MP | 6 | | 540,21 | 3.241,26 |

**TOTAL PRODUTOS:** 7.014,12

**TOTAL:** R$ 7.014,12

## Observações

**Vendedor(a):** JOSE RICARDO

## SAT

## Confirmação

Srs. Clientes, caso queiram confirmar como pedido este orçamento, favor carimbar a autorização abaixo, retornando o mesmo por fax.

M.G. AGUILA
COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA

**M. G. AGUILA COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA**
24.198.993/0001-16
(43) 3024-5144
Avenida Duque de Caxias, 4085, Sala 03
Vila São Caetano, Londrina - PR
86.026-070
9071471346




# Proposta Comercial Nº 1135

Para
COMANDO DE FRONTEIRA RONDONIA/6 BATALHAO DE INFANTARIA DE SE
Aos cuidados de: Caio

**Endereço do Cliente**
09.567.156/0002-04
AV LEOPOLDO DE MATOS, Nº 2329, TAMANDARE
GuajaráMirim - 76.850-000, RO
Celular: (69) 9358-0480

Vendedor(a): Luis Felipe

**Itens de produto ou serviço**

| Nº | Item | SKU | Qtd | Un | Preço un | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Câmera Lâmpada Interna Inteligente Wi-Fi 3MP Intelbras iM6 Full Color | 33107 | 6,00 | UN | 563,90 | 3.383,40 |
| 2 | Kit Intelbras ANM 24 NET Sistema de Alarme Completo Com Sensores | 31561 | 6,00 | UN | 657,90 | 3.947,40 |
| **Número de itens:** 2<br>**Soma das quantidades:** 12,00 | | | | | **Total dos itens** | 7.330,80 |

| Data | Total dos itens | Frete | Total da proposta |
|---|---|---|---|
| 05/02/2025 | 7.330,80 | 219,56 | 7.550,36 |

**Condições gerais**

| | |
|---|---|
| **Prazo de entrega** | 9 |
| **Forma de envio** | AZULCARGO |
| **Validade da proposta** | 5 dias |

**Observações**

O pagamento pode ser feito em até 8x sem juros no cartão de crédito ou á vista com 5% de desconto (PIX, Boleto ou Depósito).

Atenciosamente, Luis Felipe
Departamento de vendas

CMDO FRON RO/6º BIS
FL. 36

# Orçamento

**Totalseg Loja Integrada**
CNPJ 37.544.324.0001.09
Rua Álvares de Azevedo 207
CEP 16050-185 Paraíso
Araçatuba SP
A

**Cliente**
Comando de Fronteira RONDÔnia/6° Batalhão de Infantaria de Selva
CNPJ - 09.567.156/0002-04

endereço - AV. Leopoldo de Mattos, 2329, tamandaré, Guajará-Mirim/ Rondônia
CEP - 76850-000

**Referência**
1

**Data de emissão**
05/02/2025

| Descrição | Qntd. | Preço | Total |
|---|---|---|---|
| Câmera Wi-Fi Intelbrás im6 | 6 | R$ 659,99 | R$ 3.959,94 |
| Kit Alarme sem fio Intelbrás | 6 | R$ 950,00 | R$ 5.700,00 |
| Frete | 1 | R$ 260,00 | R$ 260,00 |

Forma de pagamento: A vista 5 % desconto ou 5x cartão sem juros
Prazo de entrega: até 10 dias úteis
Validade do orçamento: 5 dias

| | |
|---|---|
| **Subtotal:** | R$ 9.919,94 |
| **Desconto:** | 5% |
| **Total:** | **R$ 9.423,94** |

Feito com Quaddro

CMDO FRON RO/6º BIS
FL. 37

**MINISTÉRIO DA DEFESA**

**EXÉRCITO BRASILEIRO**
**CMDO FRON RO/6º BATALHÃ DE INFANTARIA DE SELVA**
**(BATALHÃO FORTE PRINCIPE DA BEIRA)**

(Processo Administrativo n° 64268.000519/2025-04)

## MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

| Nr Item | Descrição do Objeto | CATMAT | UND | QTD | PREÇO 1 | PREÇO 2 | PREÇO 3 | MENOR PREÇO | VALOR FINAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | KIT SISTEMA DE ALARME CONTRA ROUBO ANM 24 NET - INTELBRAS | 2228 | UND | 6 | R$ 628,81 | R$ **657,90** | R$ **950,00** | R$ **628,81** | R$ **3.772,86** |
| 2 | iM6 Full Color Câmera Lâmpada interna inteligente Wi-Fi 3MP | 15041 | UND | 6 | R$ 540,21 | R$ **563,90** | R$ **659,99** | R$ **540,21** | R$ **3241,26** |

Guajará- Mirim, RO, 07 de fevereiro de 2025.

[redacted]

Membro da Equipe de Planejamento

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

CMDO FRON RO/6º BIS FL. 38

TESOURONACIONAL

**Data e hora da consulta:** 10/02/2025 16:43
**Usuário:** ***.357.467-**
Impressão Completa

## Nota de Empenho

**UG Emitente**

| Código | Nome | | Moeda |
|---|---|---|---|
| 167346 | COMANDO DE FRONTEIRA RONDONIA/6 BIS | | REAL - (R$) |
| **CNPJ** | **Endereço** | | **CEP** |
| 09.567.156/0002-04 | AV LEOPOLDO DE MATOS NR 2329 | BAIRRO TAMANDARE | 76850-000 |
| **Município** | **UF** | **Telefone** | |
| GUAJARA-MIRIM | RO | (069) 3541 2388/5101/4697/2151/2309 | |

| Ano | Tipo | Número |
|---|---|---|
| 2025 | NE | 47 |

**Célula Orçamentária**

| Esfera | PTRES | Fonte de Recurso | Natureza da Despesa | UGR | Plano Interno |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 232180 | 1021000000 | 449052 | 167504 | E3PCFSCSEGU |

| Data de Emissão | Tipo | Processo | Taxa de Câmbio | Valor |
|---|---|---|---|---|
| 10/02/2025 | Ordinário | 64268.000519/2025-04 | 0,0000 | 7.014,12 |

**Favorecido**

| Código | Nome | |
|---|---|---|
| 36.457.420/0001-49 | BALAO DA SEGURANCA COMERCIAL LTDA | |
| **Endereço** | | **CEP** |
| AURORA 88 SANTA EFIGENIA | | 01209-000 |
| **Município** | **UF** | **Telefone** |
| SAO PAULO | SP | |

**Amparo Legal**

| Código | Modalidade de Licitação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 139 | DISPENSA DE LICITACAO | | | | |
| **Ato Normativo** | | **Artigo** | **Parágrafo** | **Inciso** | **Alínea** |
| LEI 14.133 / 2021 | | 75 | - | II | - |

**Descrição**
ATENDER DESPESAS COM MATERIAL PERMANENTE , PARA O SFPC DO CMDO FRON RO/6º BIS, CONFORME DIEX Nº 11 -SFPC/C FRON RO, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2025, CONFORME NOTA DE CRÉDITO 2025NC400206 - COEX, DE 14 DE JANEIRO DE 2025. PI E3PCFSCESGU . DISPENSA 47/2025 DA UASG 160346

**Local da Entrega**
AV. LEOPOLDO DE MATOS, N° 2329, BAIRRO TAMANDARÉ GUAJARÁ-MIRIM-RO - CEP: 76850-000

**Informação Complementar**
16034606000472025 - UASG Minuta: 160346

**Sistema de Origem**
COMPRASNET-ME

| Versão | Data/Hora | Operação |
|---|---|---|
| 002 | 10/02/2025 14:27:27 | Alteração |

## Nota de Empenho

**Lista de Itens**

| Natureza de Despesa | Total da Lista |
|---|---|
| 449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 7.014,12 |

**Subelemento 24 - EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO**

| Seq. | Descrição | Valor do Item |
|---|---|---|
| 001 | Item compra: 00002 - cor: branca, padrão: ip bullet, resolução horizontal: 1280, resolução vertical: 720, tipo sensor: cmos 1/4", voltagem: 110/220 | 3.241,26 |

| Data | Operação | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|
| 10/02/2025 | Inclusão | 6,00000 | 540,2100 | 3.241,26 |

| Seq. | Descrição | Valor do Item |
|---|---|---|
| 002 | Item compra: 00001 - acionamento: manual, alimentação: bateria, características adicionais: sem fio (wireless), material estrutura: plástico, tipo: audivisual, uso: apoio de pessoas com necessidades especiais | 3.772,86 |

| Data | Operação | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|
| 10/02/2025 | Inclusão | 6,00000 | 628,8100 | 3.772,86 |

**Assinaturas**

**Ordenador de Despesa**
JOAO ANTONIO PREGNOLATO FILHO
***.818.319-**
10/02/2025 13:55:27

**Responsável pela Nota de Empenho**
ERWIN ALEKSANDER BRITO DO NASCIMENTO
***.495.862-**
10/02/2025 14:27:27

| Versão | Data/Hora | Operação |
|---|---|---|
| 002 | 10/02/2025 14:27:27 | Alteração |

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CMDO FRON RO/6º BIS
FL 40

# Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 06/02/2025 17:07:55

**Informações da Pessoa Jurídica:**

Razão Social: **BALAO DA SEGURANCA COMERCIAL LTDA**
CNPJ: **36.457.420/0001-49**

**Resultados da Consulta Eletrônica:**

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

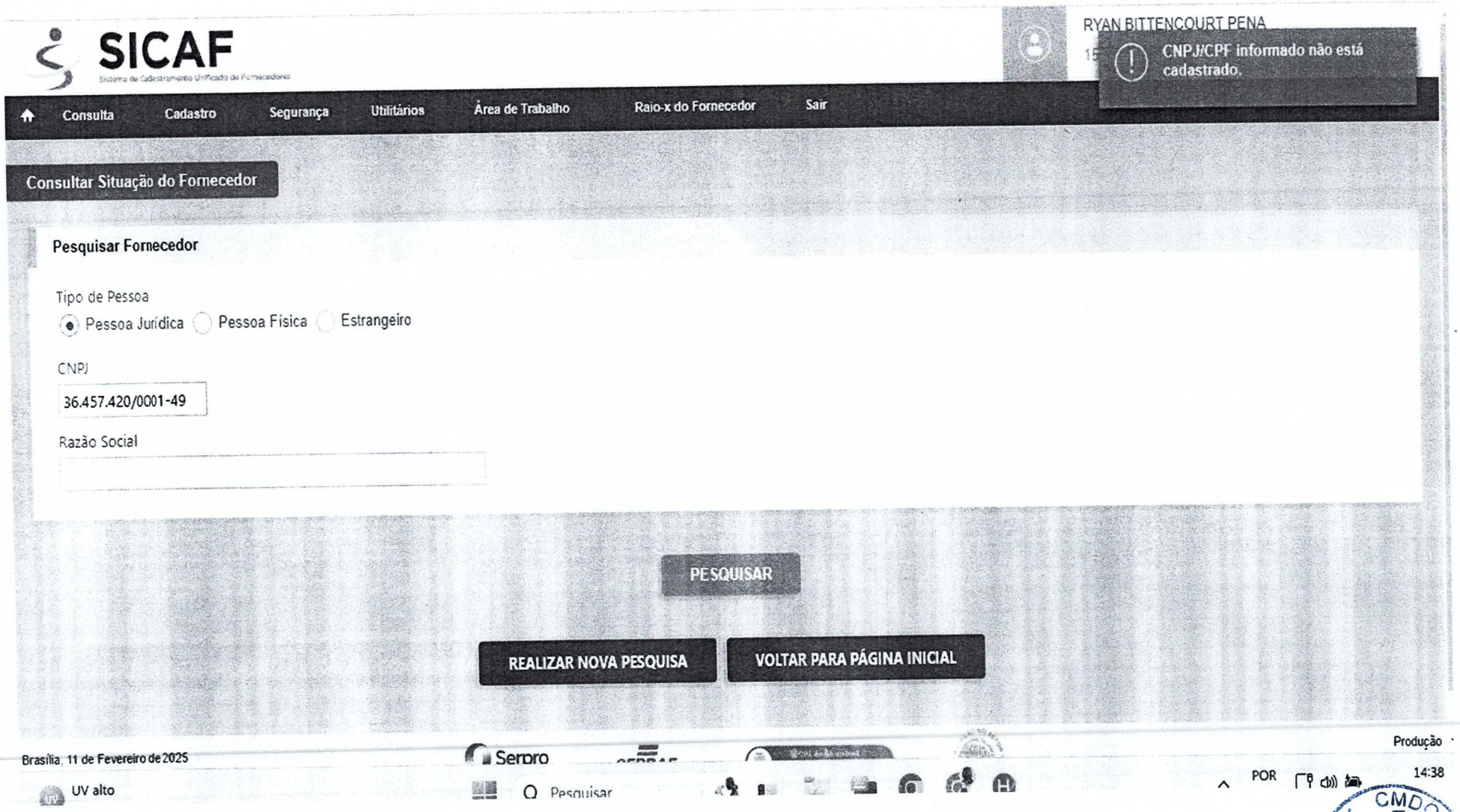
Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.




CMDO FRON RO/6º BIS
FL 41

# Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)

## Consulta Contratante

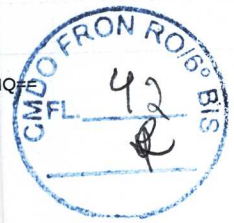
Emissão em 11/02/2025, 14:40

Parâmetros: CPF / CNPJ: 36.457.420/0001-49. Situação para a Esfera Federal: REGULAR

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: NmQwMDQ2OGIxZTYzZDU3YWMyZDNjYjI0NTU4YmM4Njk3YmNiZDlhYjM5NTJlZDkzZjI1ZDg0ZTE0OGVhNjMwNQ==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios




A apresentação deste documento não dispensa a consulta ao Cadin a ser realizada pela Administração Pública no momento da operação a que se destina

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CMDO FRON RO
FL. 43

# Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 11/02/2025 14:41:30

**Informações da Pessoa Jurídica:**

Razão Social: **BALAO DA SEGURANCA COMERCIAL LTDA**
CNPJ: **36.457.420/0001-49**

**Resultados da Consulta Eletrônica:**

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.